



EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS: CURRÍCULO E DIVERSIDADE ÉTNICO- RACIAL NA BAHIA, BRASIL

Daniel Sousa Tambuc¹; Alfredo Eurico Rodrigues Matta²; José Matheus Gomes da Silva³

¹ Mestrando do Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA), Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Especialista em História da Bahia. E-mail: [danieltambuc@hotmail.com] (mailto: danieltambuc@hotmail.com)

² Doutor em Difusão do Conhecimento. Professor do Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA/UNEB). E-mail: [alfredomatta@gmail.com] (mailto: alfredomatta@gmail.com)

³ Mestrando do Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA/UNEB). E-mail: [jm497057@gmail.com] (mailto: jm497057@gmail.com)

EIXO TEMÁTICO 3: CURRÍCULO E FORMAÇÃO DE PROFESSOR NA EJA

RESUMO

As comunidades quilombolas constituem espaços de resistência material e simbólica no interior das contradições do modo de produção capitalista. Este estudo analisa a inclusão das questões étnico-raciais nos currículos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) quilombola na Bahia, interpretando as políticas públicas e as práticas pedagógicas à luz do materialismo histórico-dialético. Compreende-se a escola como um aparelho ideológico do Estado que reproduz e, simultaneamente, pode transformar as relações de dominação de classe e raça. A metodologia baseou-se em revisão sistemática da literatura (2003–2025) e evidenciou que, apesar dos marcos legais — como a Lei 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares para Educação Quilombola (2012) —, o Estado tem atuado de modo contraditório, reconhecendo formalmente o direito à diversidade, mas mantendo a subordinação material das comunidades negras e periféricas. A análise indica que o currículo da EJA quilombola, quando orientado pela BNCC, tende a reforçar a alienação do trabalho docente e o esvaziamento da função social da escola, subordinando-a a lógica do capital. Entretanto, experiências locais demonstram práticas pedagógicas emancipatórias, nas quais professores e comunidades articulam saberes tradicionais à crítica social, convertendo a educação em instrumento de consciência e resistência. Conclui-se que a efetivação de uma educação quilombola crítica exige superar as limitações estruturais do capitalismo dependente brasileiro, promovendo uma formação humana integral e libertadora.

A base teórica deste estudo articula o materialismo histórico-dialético com autores que problematizam a educação como prática social e histórica (Marx; Engels; Saviani, 2003; Freire, 1987; Mészáros, 2008). A escola, enquanto aparelho ideológico do Estado (Althusser, 1985), participa da reprodução da ideologia dominante, mas também constitui um espaço contraditório que pode servir à formação da consciência crítica. A educação quilombola, nesse sentido, expressa uma práxis que une saberes populares e luta política. Autores como Clóvis Moura (1981) e Lélia Gonzalez (1984)



compreendem o quilombo como síntese de resistência econômica, cultural e filosófica, revelando o vínculo entre trabalho, identidade e emancipação. No campo da EJA, Matta (2020) e Santana (2023) reafirmam a necessidade de uma pedagogia territorializada e dialética, enraizada nas condições materiais do povo trabalhador.

A pesquisa fundamentou-se em uma revisão sistemática de literatura, inspirada no protocolo metodológico de Galvão e Ricarte (2019), com foco em estudos publicados a partir de 2003, ano da promulgação da Lei 10.639/03. Foram identificados e analisados 22 artigos científicos indexados nas bases SciELO e Periódicos CAPES, priorizando produções voltadas à realidade da Bahia, dada a centralidade territorial desta investigação. A revisão articulou procedimentos qualitativos e quantitativos, orientada pelas seguintes questões norteadoras: há apagamento histórico das culturas negras nos currículos da EJA? Quais práticas pedagógicas antirracistas têm sido implementadas nas escolas quilombolas baianas? E quais estratégias são mobilizadas para efetivar uma educação antirracista vinculada aos territórios? A formulação dessas questões reconhece o currículo como espaço de disputa política e expressão das contradições entre educação, raça e trabalho. A coleta e seleção do material empírico foi realizada por meio de combinações dos descritores “educação quilombola”, “currículo étnico-racial”, “EJA”, “políticas públicas” e “práticas pedagógicas”. Como critérios de inclusão, consideraram-se artigos revisados por pares, com acesso integral, publicados a partir de 2003 e com foco específico no currículo ou na educação quilombola no contexto baiano e nordestino. Foram excluídas produções não indexadas, estudos sem relação direta com a EJA e pesquisas realizadas fora do recorte territorial definido. O processo de análise ocorreu em etapas sequenciais, iniciando pela leitura de títulos e resumos, seguida da leitura integral dos textos selecionados e da extração de informações sobre ano de publicação, bases de indexação, abordagem metodológica, discussão curricular e estratégias pedagógicas. A sistematização dos achados foi organizada em quatro categorias analíticas: políticas públicas, currículo, formação docente e práticas pedagógicas, compreendidas de maneira dialética a partir das mediações entre Estado, trabalho e educação. Reconhece-se, assim, o professor como sujeito histórico cuja ação pedagógica disputa sentidos de mundo e contribui para a transformação da realidade escolar.

A busca de trabalhos nas plataformas SciELO e Periódicos CAPES resultou inicialmente em 116 artigos. Entretanto, após a aplicação rigorosa dos critérios de inclusão e exclusão, apenas 22 estudos foram selecionados para análise. Destes, 20 estavam indexados na Periódicos CAPES e apenas 2 na SciELO, evidenciando que a primeira se configura como o principal repositório de pesquisas que abordam a educação quilombola no Brasil. A análise temporal demonstrou um crescimento recente no interesse acadêmico sobre o tema, com maior concentração de publicações em 2024. Essa tendência ascendente a partir de 2020 pode ser explicada pela ampliação de políticas de equidade racial, pelo fortalecimento do debate sobre currículos inclusivos e pela pressão constante dos movimentos sociais quilombolas pela efetivação da Lei nº 10.639/03. Ainda assim, observa-se que o volume de pesquisas permanece insuficiente diante dos mais de vinte anos da obrigatoriedade legal do ensino da história e cultura afro-brasileira na educação básica e na EJA. A regulamentação da educação quilombola expõe contradições entre legislações avançadas e sua implementação prática (Oliveira et al., 2024). O crescimento das pesquisas após 2017 é reflexo de múltiplas mediações: maior visibilidade das lutas antirracistas, editais específicos de fomento e incorporação gradual de demandas territoriais na agenda educacional brasileira (Oliveira, 2017; De



Sena Teixeira, 2019; Soares et al., 2022). Contudo, a efetivação das políticas ainda é limitada pela fragmentação entre diretrizes nacionais e experiências locais. A base jurídica consolidada pela Constituição Federal, pela LDB, pelo Parecer CNE/CP nº 3/2004 e pela Resolução CNE/CP nº 1/2004 permanece incompleta nas redes escolares (Soares et al., 2022). Programas como PRONAF e Bolsa Família, embora contribuam para o acesso ao direito à educação, não são suficientes para superar barreiras estruturais como a falta de infraestrutura escolar, transporte e condições materiais de estudo (Oliveira et al., 2024).

No campo do currículo, os resultados sinalizam que as escolas ainda enfrentam o desafio de superar o eurocentrismo historicamente imposto. Na Bahia, apesar das conquistas legais, permanecem lacunas quanto à contextualização dos conteúdos às realidades quilombolas. Moreira et al. (2024) argumentam que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) representou retrocessos ao esvaziar conquistas das Diretrizes Curriculares Nacionais de 2013, transferindo responsabilidades para estados e municípios e produzindo efeitos de invisibilização das questões raciais (Vercelli; Bauer, 2018; Moreira et al., 2024). Pesquisas empíricas confirmam que os currículos praticados não dialogam suficientemente com os saberes tradicionais das comunidades. Em Irará/BA, Santos e Santos (2017) destacam a ausência de um currículo que contemple sujeitos, práticas e territorialidades quilombolas. Na mesma direção, Eugênio e Santos (2021) observaram que a educação quilombola em Presidente Tancredo Neves/BA carece de maior valorização da identidade cultural local. Essa lacuna curricular é agravada pela insuficiência de escolas quilombolas no Nordeste, como diagnosticado por Santos et al. (2019), o que compromete o acesso e a permanência dos estudantes na EJA.

Mesmo diante das contradições estruturais do capital, há experiências que materializam a potência da práxis pedagógica transformadora. Na Escola Rural Quilombola de Lage dos Negros/BA, Celestino et al. (2023) documentaram práticas antirracistas protagonizadas pelos docentes, que integraram saberes do território ao ensino, utilizando materiais concretos na geometria e cantigas populares na alfabetização. Tais experiências revelam que a educação, quando enraizada nas culturas negras e comunitárias, fortalece o pertencimento e a consciência histórica (Marinho et al., 2025; Silva; Brasileiro, 2020). Constata-se, portanto, que a produção acadêmica sobre EJA quilombola, ao crescer após 2017, expressa tanto as disputas sociopolíticas pela aplicação da Lei nº 10.639/03 quanto o movimento de resistência das comunidades. Se por um lado a BNCC tende a subordinar o currículo às demandas do mercado, promovendo o que Saviani (2003) denomina “reversão da função social da escola”, por outro, as práticas pedagógicas analisadas demonstram que o trabalho docente pode constituir-se como ato político de resistência e transformação social. Quando articulada à historicidade da luta quilombola, a escola torna-se território de emancipação, onde conhecimento, cultura e trabalho coletivo se vinculam à construção de um projeto educativo da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Educação Quilombola; Materialismo Histórico-Dialético; Trabalho e Emancipação; Currículo Crítico.

REFERÊNCIAS



ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394/1996, para incluir a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira na educação básica**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

CELESTINO, Aldésia Márcia de Freitas Vieira; SOUSA, Jesus Maria Angélica Fernandes; SANTOS, Paulo César Marques de Andrade. **Educação escolar quilombola: perspectivas de práticas pedagógicas inovadoras no contexto de uma escola no interior da Bahia**. Brazilian Journal of Development, v. 9, n. 5, p. 16049–16065, 2023.

COELHO, Mauro Cezar; COELHO, Wilma de Nazaré Baía. **As licenciaturas em História e a Lei 10.639/03: percursos de formação para o trato com a diferença?** Educação em Revista, v. 34, e192224, 2018.

CRUZ, Edna Sousa; TORRES, Bianca de Sousa. **Comunidade remanescente de Quilombola Ilha de São Vicente: território de memórias, resistências e afeto**. EntreLetras, v. 13, n. 3, p. 295–315, 2023.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição**. São Paulo: Cortez, 2002.

DE SENA TEIXEIRA, Cristina Simone; ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de SANTOS, Sanádia Gama dos. **A cultura da escola no resgate das raízes quilombolas**. Diversitas Journal v. 4, n. 2, p. 466–479, 2019.

EUGÊNIO, Benedito; SANTOS, Juliana Brito dos Santos. **A educação escolar quilombola no município de Presidente Tancredo Neves/BA**. Pesquisa em Foco, v. 26, n. 1, p. 57–75, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. **Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. Logeion: Filosofia da Informação**. v. 6, n. 1, p. 57–73, 2019.

GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos**. Currículo sem Fronteiras, v. 12, n. 1, p. 98–109, 2012.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

MARINHO, Juliana de Cássia Aparecida; DIAS, Ana Maria; SILVA, Bruno Henrique Fernandes da et al. **Educação quilombola e indígena: práticas pedagógicas antirracistas e decoloniais**. Cuadernos de Educación y Desarrollo, v. 17, n. 4, e8138, 2025.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues. **Marxismo e educação**. Salvador: UNEB, 2020.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOREIRA, Ana Santana; SILVA, Emerson Pires da; SOUZA, Wárica Santos; ECHEVERRÍA, Agustina Rosa. **O esvaziamento das diretrizes curriculares**



nacionais na Base Nacional Comum Curricular. Educação em Revista, v. 40, e45142, 2024.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala.** São Paulo: Anita Garibaldi, 1981.

OLIVEIRA, Gilmar Souza; CARDOZO, Leriane Silva; SANTOS, José Francisco. **Políticas públicas para a educação das relações étnico-raciais e a educação escolar quilombola.** Educação por Escrito*, v. 15, n. 1, e45354, 2024.

OLIVEIRA, Suely Noronha de. **Motivações iniciais para elaboração de diretrizes da educação escolar quilombola na Bahia.** Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, v. 26, n. 49, p. 35–51, 2017.

SANTANA, José Carlos. ***Educação e trabalho: a formação humana sob o capital.** Salvador: Edufba, 2023.

SANTOS, Andrea; SANTOS, Fabiana. **Diagnóstico da educação escolar quilombola no município de Irará/Bahia: sujeitos, pedagogias e saberes.** Revista Macambira, v. 1, n. 1, p. 17–35, 2017.

SANTOS, Edmilson Santos et al. **Oferta de escolas de educação escolar quilombola no Nordeste brasileiro.** Educação & Realidade v. 44, n. 1, e81346, 2019.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia.** Campinas: Autores Associados, 2003.

SIQUEIRA, Josimário José Silva de; SOUZA, Débora Quetti Marques de. **A educação escolar na comunidade quilombola: uma análise a partir da Lei 10.639/03.** Sala Oito, v. 1, n. 3, p. 63–80, 2022.

SOARES, Marta Genú; BEZERRA, Hudson Pablo de Oliveira; MELO José Pereira de Melo. **Política educacional para a educação básica e ações interculturais na escola quilombola.** Interfaces da Educação*, v. 13, n. 37, p. 1–25, 2022.

VERCELLI, Ligia de Carvalho Abões; BAUER, Carlos. **A educação escolar quilombola e as relações étnico-raciais na BNCC.** Cadernos de Pós-graduação, v. 17, n. 2, p. 9–13, 2018.